

Armando Malheiro da Silva

**CORAÇÃO, RAZÃO E INFORMAÇÃO: AMAR E
CONHECER MELGAÇO PELO FORMATO DA
ENCICLOPÉDIA COROGRÁFICA**

MELGAÇO
CÂMARA MUNICIPAL
2007

CORAÇÃO, RAZÃO E INFORMAÇÃO: AMAR E CONHECER MELGAÇO PELO FORMATO DA ENCICLOPÉDIA COROGRÁFICA

*Armando Malheiro da Silva**

1 – Só um acto de amor intenso e prolongado explica uma ideia personalizada da qual começamos a ter uma expressão palpável, visível... Um acto de amor servido por uma morosa, tenaz e bem sucedida busca do que concerne a Melgaço de ontem (um ontem mais ou menos longínquo), explica como os desânimos, as dificuldades e os avultados gastos financeiros, supridos por nenhuma outra bolsa que não os recursos do próprio autor, foram ultrapassados com a leveza de uma pena... Efectivamente, Joaquim Rocha começa agora publicamente a partilhar, com todos os que se aproximem ou se deixem seduzir pelo seu **Dicionário Enciclopédico de Melgaço**, o singelo, mas generoso e inesgotável acto de amor ao torrão natal, registado para sempre, tanto no seu bilhete de

* Melgacense por condição materna e gosto próprio

identidade, como em seu coração.

2 - A base emocional e afectiva surge, claramente, como a mola impulsionadora e a fonte de resistência para o projecto, que se inscreve naturalmente na trajectória existencial de seu mentor e artífice.

Nado e criado em Melgaço, aí se moldou e deixou moldar no regaço materno, até que a chamada compulsiva para a guerra colonial lhe deixou marcas fundas e indeléveis, na delicada e inibida sensibilidade, de quem aprendera a espriear o Mundo através da sua pequena, circular, pacata, mas altaneira vila-fortaleza... Saiu de Melgaço e, quando regressou ao país natal, ficou por Lisboa, onde haveria de firmar o seu destino profissional (bancário) e de desenvolver as suas inclinações de espírito sensível e curioso às pequenas e saborosas estórias da sua ruralidade micro circular, ouvidas desde a mais tenra meninice, mas perturbadas depois pelo impacto de outras terras e gentes, de outras ambiências e escalas, pelo troar das granadas matreiras, pelos silvos das metralhadoras e pelo risco trágico da morte ou da invalidez cruel. O menino-moço ficara em Melgaço, o adulto viera de África ferido no cerne de si mesmo. Caiu, então, ainda aturdido, nos braços quentes e acolhedores da revolução primaveril e esperançosa de Abril de 1974, embrenhou-se, por uns anos, intensamente na política revolucionária para que chegasse a hora de um Portugal muito melhor daquele onde nascera, mais justo e solidário, e decidiu, ulcerado pela dolorosa desilusão, entretanto, advinda da actividade político-partidária, voltar à escola até concluir uma licenciatura em Estudos Portugueses.

Estudar a língua portuguesa e os meandros da construção literária constituiu, certamente, uma escolha balsâmica e, sem dúvida, a descoberta do melhor caminho para voltar, enfim, ao seu começo... a Melgaço. Voltar para aí, se (re) encontrar com sobreviventes do seu "tempo", para receber, tacitamente, deles e dos mais velhos o merecido, honroso e supremo reconhecimento ou condecoração (a única que realmente interessa a quem age por amor e não por finalidade material ou económica) de "conterrâneo, ou patrício, dos que mais sabem das coisas antigas da terra comum, dos costumes, das gentes"... Um regresso fisicamente impedido por anos de sobrevivência

lisboeta, que a “pré reforma” tornou, enfim, possível através da disponibilidade de tempo (apesar de uma breve passagem pelo ensino) para buscar e para colher milhões e milhões de palavras, centenas e centenas de imagens falantes da Vila e do termo fronteiriços que o cronista Fernão Lopes celebrizou num episódio épico cuja heroína, lendária e identitária, deu pelo nome de Inês Negra.

O caso biográfico de Joaquim Rocha, breve e impressionantemente esboçado, exemplifica a força do chamamento do “berço”, a força das raízes melgacenses e alto-minhotas adentradas no âmago do ser, a força do retorno ao **locus** onde a pessoa brotou e onde é capaz de se reconciliar consigo própria e com a vida toda, especialmente a parte mais madrastra dela... Um retorno animado pelo coração e amparado pela razão com uma persistência férrea, obstinada, inquebrantável.

3 – O **Dicionário Enciclopédico de Melgaço**, desfiado de A a Z, para sempre aberto a acrescentos e a correções pelo seu autor, por razões de ordem tecnológica adiante focadas, convoca o monografismo local clássico, movimento antecessor e/ou precursor da história local erudito-metódica, a que haveriam de seguir-se mais tarde, na segunda metade do século XX, os estudos locais, enquanto abordagem ufanamente interdisciplinar e anti-positivista do sentir e do agir comunitário, em todas as suas múltiplas e complexas facetas, mas também convoca e, em minha opinião, com bastante mais acuidade, a tradição corográfica, dicionarística e enciclopédica. Tradição patente no título e na estrutura da obra, o que constituiu, obviamente, uma matriz vincada e clara, a que não faltam, porém, características consubstanciadas no conceito de monografia e associadas ao perfil-padrão do autor desse tipo de trabalho.

Um primeiro, e importante traço desse perfil, coincide com o que ficou salientado atrás e que tive ensejo de frisar num estudo intitulado o Minho nas Monografias, trazido aqui à colação porque, naturalmente, este **Prefácio** não pode ficar alheio à problemática dos estudos locais aí abordada:

O desenvolvimento destes géneros e, especialmente, dos dois últimos [literário e historiográfico] ficou a dever-se, na sua

maioria, a autores naturais ou filhos adoptivos das localidades tratadas: padres, escritores-literatos, funcionários administrativos ou ainda notáveis locais. Em comum tinham, sobretudo, a mesma motivação essencial, que impeliu mestre António a imprimir o seu Tratado [sobre a Província de Entre Douro e Minho e suas abundâncias] em 1512, ou seja, a expressão clara de um grande amor pela terra e o desejo de a glorificar.

Feita sem quaisquer apoios de carácter institucional, essa apologia das virtudes da terra não se fundava, contudo, num mero sentimentalismo.

Mas se na base está o “amor pela terra e o desejo de a glorificar”, também se percebe que, para além do sentimentalismo, os monografistas deixaram-se motivar por objectivos concretos, como a defesa de **vários melhoramentos para a terra, estimular uma forte consciência bairrista e reforçar o prestígio local do próprio autor.**

No que toca a aspectos mais substantivos ou de estruturação do conteúdo impõe-se uma panorâmica rápida da evolução dos estudos locais em Portugal, no período contemporâneo, que parece oportuno recordar nos exactos termos por mim empregues (excluídas, claro, as notas de rodapé) nesse referido artigo de 1991-92:

// Até 1847 – ano da publicação da portaria de 8 de Novembro, em que é exigida a cada Câmara a organização regular dos “Anais do Município” (ver Apêndice – 2) – sucederam-se vários marcos e a sua soma dá um percurso digno de ser evocado (ver Apêndice – 1).

Na prática, essa lei de 47, foi quase letra morta, mas a conjugação de certos factores decisivos como a sobrevivência do “espírito antiquarista” de setecentos, a expansão do romantismo e a afirmação ideo-política do Estado-Nação proporcionou o fomento irreversível dos estudos locais em três importantes direcções:

- a corografia e afins;
- a literária: crónicas de viagem ou guias de carácter histórico-turístico, como os do caminho-de-ferro; e
- a erudição histórica: apontamentos e/ou subsídios para a história de...

No género corográfico merece especial [atenção] o paradigma inscrito na obra do P.e Carvalho da Costa, enfatizado mais tarde no utilizadíssimo (não obstante os muitos erros e fantasias) *Portugal Antigo e Moderno (1873-1890)* de Pinho Leal e Pedro Augusto Ferreira, Abade de Miragaia.

No género literário impôs-se a retórica, cravejada de um lirismo estéril. E, por fim, no género historiográfico começou por predominar um pré-positivismo resultante da falta de apoio arquivístico mínimo (inexistência de Arquivos organizados e de crítica de fontes) e caracterizado pela colagem cronológica de factos passados, geralmente rematada sob a forma de um guia “turístico-monumental” do presente: ilustra-o a obra *O Bairro Alto de Lisboa (1879)*, de Júlio de Castilho (autor, também, da monumental obra *Lisboa Antiga, Bairros Orientaes*, concebida como um vasto repositório de informação histórica, arqueológica, artística, etc.). (...)

Com o tempo, e à medida que ia chegando de França a influência positivista, o processo monográfico foi-se abrindo à preponderância da matriz histórica (evocação das origens e narrativa encadeada dos factos eclesiásticos, político-administrativos, militares...), sem no entanto se desligar da corográfica e sem também deixar de aderir, muito em breve, ao paradigma etnografista de Leite de Vasconcelos.

Refira-se, a propósito, que a lição precursora de Alexandre Herculano, corporizada exemplarmente na base documental dos *Portugaliae Monumenta Histórica* não foi, de modo algum, estranha a essa inflexão.

A introdução da metodologia positivista faz-se sentir, como é sabido, na produção historiográfica tanto a nível nacional, como a nível local e teve como consequência imediata uma nova atitude perante os acervos documentais e os vestígios arqueológicos. A consulta directa de fontes manuscritas, de origem e natureza diversas, instituiu-se como alternativa ao uso e abuso dos tratadistas antigos e de corógrafos modernos (séc. XVIII), orientando o trabalho erudito no sentido da busca, salvaguarda e tratamento do material arquivístico.

Não foi tarefa fácil, nem tão pouco linear, mas mesmo assim há um conjunto significativo de casos que a ilustram evolutivamente: em 1866 saía no *Jornal do Povo* a 1.ª edição da *Notícia Descritiva da Muito Nobre e Antiga Vila de Barcelos* escrita

por A. M. do Amaral Ribeiro, com a particularidade interessante de recorrer frequentemente a dados inéditos extraídos de livros dos cartórios notarial e municipal, de traslados de escrituras e de instituições vinculares e ainda de correspondência oficial e particular; em 1877 era impresso nas oficinas da Universidade de Coimbra um opúsculo do estudioso vianense Luís de Figueiredo da Guerra intitulado *Esboço Histórico*. Viana do Castelo, onde se pode apreciar a capacidade do historiador erudito para combinar o conhecimento dos autores gregos e latinos, de velhas crónicas e de tratados medievais e modernos com a consulta directa quer de testemunhos epigráficos e arqueológicos, quer de documentos existentes em cartórios civis e eclesiásticos, públicos e privados; nesse mesmo ano, Alberto Pimentel publicava a sua *Memória Sobre a História e Administração do Município de Setúbal*, feita segundo a metodologia usada também pelo anterior, mas de que resultou obra mais rica, completa e documentalmente muito recheada (ver Apêndice – 3^a); em 1885 e nos anos seguintes (até 1904) eram dados à estampa os 15 volumes dos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, organizados pelo arquivista da Câmara Municipal, Eduardo Freire de Oliveira, e logo convertidos em modelo de publicação integral de fontes (ver Apêndice – 3); e, em 1886, Gabriel Pereira começou a editar (em cadernos temáticos) os seus *Estudos Eborenses*, nos quais a pesquisa documental (assistemática, mas rigorosa) surge claramente assumida como sólido pilar da historiografia local.

As duas últimas décadas do século XIX, marcadas por uma rica e complexa conjuntura sócio-económica, ideo-política e cultural, foram, na verdade, o período genésico do que me atrevo a designar por monografia-tipo contemporânea, ou seja, todo aquele trabalho de base historiográfica que concatena à maneira positivista informações documentais com referências arqueológicas, artísticas e etnográficas num certo espaço geográfico, assinalado pelo imprescindível mapa ou carta do território (por exemplo, o concelho com suas freguesias), mantendo subjacentes – e até reforçados – o amor pela terra e a apologia das suas virtudes. Um figurino aliciante, para o qual muito contribuíram novas condições institucionais: a imprensa abriu-se por completo à difusão dos estudos locais; os párocos foram aderindo a tais projectos; com um nítido atraso relativamen-

te à França e à Inglaterra, começaram a surgir as associações de sábios (as “sociétés de savants” francesas), como a Sociedade de Martins Sarmiento em Guimarães (1882), ou o Instituto de Coimbra, vocacionadas para um desenvolvimento pluridisciplinar desses estudos; e, ligadas ou não a essas sociedades, fundaram-se revistas (a Revista de Guimarães, a Revista do Minho ou a Tradição) que viriam a abarcar múltiplas abordagens (literárias e científicas) da realidade envolvente.

A nítida e progressiva presença de elementos etnográficos no corpo da monografia-tipo, nascida em fins de 800, explica-se pelo poderoso paradigma etnografista, introduzido científica e institucionalmente por José Leite de Vasconcelos, o qual veio a ser secundado no norte pelo grupo da Portugália. **Materiais para o estudo do povo português** (Ricardo Severo, Rocha Peixoto, Fonseca Cardoso, entre outros). Um paradigma descritivo (baseado na observação directa) que invadia campos disciplinares diversos, como a Filologia, a Arqueologia ou a História, e que oferecia a possibilidade de uma caracterização tradicional (ou definição da identidade sócio-cultural) das populações monografadas, tão sugestiva e tentadora quanto perigosa; é que ela podia prestar-se a grosseiras interpretações bairristas!

A par desse modelo e na mesma época surgiram outros não menos inovadores e estimulantes que, no entanto, passaram quase despercebidos. Refiro-me, em concreto, às propostas de Oliveira Martins e de Frederico Laranjo e ainda aos “protótipos” de Alberto Sampaio, de Silva Picão e de Pinto Carvalho (Tinop).

Enquanto Oliveira Martins, fiel ao seu sociologismo, defendia o fortalecimento dos estudos locais num quadro histórico evolutivo, que acabava por valorizar a actualidade, Frederico Laranjo, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, incitava os seus alunos a produzirem sobre as suas terras de origem monografias voltadas para os aspectos económicos e demográficos (ver Apêndice – 3): dois exemplos apreciáveis desta tendência foram o trabalho de Graça Afreixo «Memória histórico-económica do concelho de Serpa» (1884) e o de Álvaro Maria de Fornelos «Memória histórica do concelho de Mesão-Frio» (1886).

Próximo da ideia de Laranjo andou o decreto de 17/7/1909 do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, António Alfredo Barjona de Freitas, que instituía um

concurso anual de Monografias de freguesias rurais para servir de “ensaio ao inquérito geral à vida económica da nação portuguesa, cuja necessidade todos reconhecem” (ver Apêndice – 2).

Trabalhos igualmente práticos (que pressupõem contudo a existência de uma perspectiva teórica própria), foram os de Alberto Sampaio, de Silva Picão e de Tinop: o primeiro – abastado proprietário minhoto e erudito típico da sua época – ergueu, através de estudos como As Vilas do Norte de Portugal ou O Minho Rural e Industrial, os alicerces de uma História económica regional, que só cerca de 60 anos mais tarde começaria a ser devidamente apreciada; o segundo – latifundiário elvense, amigo e conterrâneo de António Tomás Pires, etnógrafo bem relacionado com Adolfo Coelho, Teófilo Braga e, principalmente, com Leite de Vasconcelos – procedeu a um minucioso registo/inquérito sobre a estrutura da propriedade alentejana, a organização do trabalho rural, a caracterização do pessoal empregue, a tipologia das alaias agrícolas e os sistemas de cultivo; finalmente, o terceiro publicou em 1903 um interessante estudo histórico e analítico do Fado, bem documentado e escrito de forma assaz sugestiva, onde acabamos por encontrar um deslumbrante retrato da sociedade lisboeta dessa época.

Entre a década de 80 e o 1.º quartel do século XX houve uma primeira grande proliferação de monografias locais e regionais e um assinalável incremento da perspectiva turístico-cultural, expressa em roteiros mais ou menos corográficos como o Minho Pitoresco de José Augusto Vieira (1886), o Barcellos. Guia ilustrado de Joaquim Leitão (1908) ou o Manuel du Voyageur en Portugal de Mendonça e Costa (editado pela “Propaganda de Portugal” nesse mesmo ano. O peso dessa perspectiva na produção monografista foi aumentando significativamente, impondo-se durante a vigência do Estado Novo como expediente predilecto dos organismos oficiais de propaganda (especialmente o Secretariado Nacional de Informação, de Cultura Popular e Turismo): permitia, por um lado, exibir para fora, para o estrangeiro, um perfil imaculado do país e, por outro, promover no seu seio a actividade turística e comercial.

Conscientes da força e da importância que os estudos locais mostravam ter e preocupados com os riscos (perda de rigor científico e produção de meros estereótipos) que o seu

êxito podia comportar, Manuel Silva e Fidelino de Figueiredo decidiram introduzir uma certa ordem no processo.

O primeiro (Manuel Silva 1913: 182-183) publicou um brevíssimo texto de duas páginas – Schema d’historia local – contendo um programa concreto ou, se se preferir, um plano inspirador para a redacção de qualquer monografia local (ver Apêndice – 3d), precedido destas importantes considerações:

«Conquanto em Portugal não haja ainda, rigorosamente, uma methodologia d’estes estudos e, sobre tudo, uma organização de carácter official sufficientemente dotada para tal fim, ao invéz do que se vai fazendo na visinha Hespanha e de que a Revista de Historia deu minuciosa e interessante noticia, a pág. 263/70 do N.º 4, é certo que, d’onde a donde, surgem collaboradores para essa grande obra de reconstituição scientifica da Historia pátria, offerecendo, é certo, generoso e espontâneo concurso, mas demonstrando ainda defeituoso norteamento no trabalho e ingénuo espírito de critica, na selecção dos elementos colhidos.

Em assumpto de tanta monta, pois d’elle depende a solidez da construcção d’um monumento nacional, não serão demasiadas todas as cautelas e o estabelecimento d’uma apertada fiscalisação das origens e historia das localidades. Muita coisa corre com foros d’authenticidade, quando não passa da esperada anedocta ou da lenda: muitas datas se contradizem e muitos factos estão ainda eivados d’inexactidão que os falsificam e annullam, tudo porque, até há pouco, Historia tem sido amontoar datas, nomes e occurrencias, sem contraprova e sem assento racional de causas e feitos.»

Por sua vez, o segundo (Fidelino de Figueiredo 1915: 185-189) enviou para o Director da Limiana. Revista literária ponteli-mense, uma curiosíssima carta-artigo, na qual começa por dizer “uma revista local, sem excluir propósitos litterarios, pôde sobremaneira contribuir para o desenvolvimento e avigoramento do tradicionalismo local, dando a base racional ao sentimento da terra e arraigando o espírito municipalista”. Propõe, de seguida, que o país seja dividido em províncias históricas – divisão, a seu ver, mais sensata do que a administrativa em distritos; que nas capitais dessas províncias a publicação de uma revista devia

visar a divulgação, narrando “acontecimentos das guerras peninsulares e civis, da política nacional, etc.” e explicando “todas as curiosidades históricas, padrões, brazões, palácios, templos, castellos, pelourinhos, quadros, ruínas, etc.” E que, ao mesmo tempo, “por quotização entre as municipalidades, se deviam publicar “volumes de documentos dos archivos públicos e particulares, elaborados todos de accordo com um plano previamente estabelecido, quanto à maneira de extractar, de grupar e de classificar, de fazer os índices, etc.” Opina ainda: “quando alguns eruditos houvessem elaborado as suas monographias locais, seria possível incluir no programma do ensino primário, como há tanto tempo se deseja, um capitulo sobre a historia da região ou da cidade ou da villa, em que a creança passa a sua infância e na qual trabalhará, quando adulto”. Mais adiante lembra a necessidade de subordinar as monografias locais “a um plano geral, a um mesmo typo que preveja omissões e que impeça supérfluas ostentações de erudição, nem sempre guiadas por um severo espírito critico” (cita, a propósito, o artigo de Manuel Silva). E, por fim, recuperando para a prática da história local o exemplo de Herculano:

Os que advogam uma política municipalista e regionalista e nesse sentido se começa a esboçar um pequeno movimento – encontrariam na história local a base para o seu systema, pois que para cada município particular será preciso fazer o que Herculano fez para a instituição geral, accordá-lo. A legitimidade da descentralização administrativa pôde defender-se, mas o que, sem se activarem os estudos de história local, se não pode afirmar é que a tradição municipal perdu-rasse, através de toda a história pátria, viva e pura.

Manuel Silva e Fidelino de Figueiredo foram particularmente sensíveis ao clima de revivalismo municipalista e regionalista que, então, muito se fez sentir. Por imperativos positivistas perfilharam a hegemonização de uma concepção única de fazer história (distanciada da mera curiosidade anedótica e valorizadora da função interpretativa no plano amplo das ciências sociais), tanto através dos diversos graus do ensino, como dos eruditos locais. É que a História era – e não só para eles, mas também para outros eruditos coevos – a coluna vertebral dos

estudos que deveriam ser feitos nas aldeias, nos concelhos ou nas províncias.

Volvidos catorze anos, mais precisamente em 1926, Tito de Sousa Larcher publicava em Leiria um primeiro (mas, ao que sei, único) volume dos Estudos de Regionalismo (Sousa Larcher, 1926) com o subtítulo Divisão provincial em Portugal e especialmente a delimitação da região centro a que juntou como complemento final “uma tese, que tinha preparada para o Congresso Municipalista, que não se chegou a realizar, e cujas conclusões já tinham sido aprovadas no Congresso de Educação Popular promovido pela Universidade Livre com sede em Lisboa intitulada – Os Arquivos, Bibliotecas e Museus”. Esta tese parte da discussão em torno dos modelos de divisão geográfico-administrativa, com destaque para o modelo tradicional, e da defesa do seguinte princípio: na “grande divisão administrativa, devemos atender à tendência manifesta, e já em parte em realização prática, de três grandes regiões” – Norte, Centro e Sul. E acaba na formulação de uma curiosa proposta estruturante, pensada mais para o presente e o futuro, mas com óbvias implicações monografistas (ver Apêndice – 3g) e com um forte sentido corporativo.

Desse mesmo ano data um pequeno artigo de Possidónio Mateus Laranjo Coelho, intitulado Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da História Geral portuguesa (Laranjo Coelho, 1926: 285-303) e que contém uma espécie de balanço sumário da historiografia local. Para Laranjo Coelho a importância desta disciplina radica no axioma segundo o qual é “impossível fazer a história interna de um país, completa, em todos os seus múltiplos aspectos e nas mais variadas manifestações da sua actividade, sem o auxílio e os elementos indispensáveis que só as monografias exactas e minuciosamente elaboradas das suas localidades lhe podem fornecer” (p. 285). Na sua opinião, convinha, pois, apostar em tais estudos e garantir a sua leitura de acordo com o espírito crítico e científico prevalente nos meios académicos e convinha ainda tomar como exemplo os melhores esforços produzidos no país e no estrangeiro.

Nesse artigo são citadas valiosas contribuições: os inquéritos corográficos da Academia Real da História; a obra e o movimento que Alexandre Herculano (directo inspirador da

Portaria de 1847, atrás citada) lançou sobre o municipalismo; as colecções de Memórias da Academia das Ciências de Lisboa; os trabalhos de eruditos locais, como o Abade de Baçal, P.e Francisco Manuel Alves (Oliveira Marques 1988: 85-91), monografista, algo peculiar no seu tempo, que se soube defender da retórica vazia do bairrismo, transmitindo nas suas Memórias Arqueológicas e Históricas do Distrito de Bragança (1910-1948) a profunda vivência das realidades locais (Santos Silva, 1948); o modelo teórico-prático proposto pelo Professor José Frederico Laranjo; a iniciativa de um grupo de docentes da mesma Universidade materializada, primeiro, no convite em 1909 ao eminente sociólogo Léon Poincard para aí fazer uma série de conferências, destinadas a divulgar os métodos e processos empregues nas monografias dos pequenos agregados urbanos e, depois, na publicação, em português, de um trabalho de vulgarização dessa matéria; e ainda os questionários que, na linha dos inquéritos de setecentos, foram surgindo como, por exemplo, o que a Comissão dos Monumentos Nacionais fez imprimir em 1894, a fim de obter dados para o estudo da arqueologia portuguesa (Arqueólogo Português, 1896: 237-238).

Projecto idêntico ao que acabei de examinar, mas mais desenvolvido, viria a ser glosado pelo mesmo autor nas lições proferidas na Academia das Ciências de Lisboa em 27 e 30/10/1934 e editadas por esta mesma entidade no ano seguinte (Laranjo Coelho, 1935).

Enquadrada profundamente na tradição positivista e reduzida ao campo da História, a mensagem de Laranjo Coelho e confrades não teve no quadro ideológico e institucional do Estado Novo o acolhimento devido, apesar da relativa vitalidade da monografia-tipo contemporânea, que vinha, como já se disse, de finais do século passado, e do interesse que um homem do regime – e ilustre professor universitário – dedicou ao tema. Refiro-me a Marcelo Caetano e ao seu injustamente esquecido “plano” para a elaboração de monografias sobre os concelhos portugueses (ver Apêndice – 3f).

A alteração dos pressupostos políticos, tais como a descentralização, o regionalismo e a democracia, que animaram a produção monografista durante os últimos tempos da Monarquia e toda a 1.^a República, as dificuldades sentidas pela Inspeção-Geral de Bibliotecas e Arquivos (à frente da qual viria a

estar durante muito tempo Júlio Dantas) no estabelecimento de uma eficaz e sistemática política arquivística, tendente a promover a salvaguarda, o tratamento e a divulgação do património documental (Manuel Real 1987: 207-246), a “esclerose” de certas entidades a quem competia contribuir para o revigoreamento científico no país ou a manifesta insuficiência da válida acção de umas poucas, a primazia dada ao elogio literário da paisagem, da rusticidade e à propaganda “nacional-folclorista” com fins turísticos, que teve no Museu de Arte Popular do Secretariado Nacional de Informação um dos seus instrumentos mais sofisticados, são alguns dos factores que ajudam a compreender o panorama dos estudos locais portugueses de 1926 a 1974.

Nos primeiros tempos da autarcia salazarista o ideal regionalista ainda persistiu aqui e além, no seio de pequenos grupos de notáveis (unidos entre si por laços de um tipo de convivência em vias de extinção) e das “bolsas” de resistência ao Estado Novo, não tardando, porém, a diluir-se na linha oficial do regime. Com o volver dos anos foram-se somando algumas iniciativas dignas de registo: a contribuição dos esforços de Júlio Dantas com vista à organização do património bibliográfico e arquivístico nacional (Manuel Real 1987: 214-220); a publicação do precioso e paradigmático Guia de Portugal, promovida pela Biblioteca Nacional de Lisboa e prosseguida pela Fundação Calouste Gulbenkian (em 5 volumes, de 1924 a 1970); a abertura de um concurso A aldeia mais portuguesa de Portugal, em cujo regulamento, publicado a 7/2/1938, se expressa a intenção de preservar o “povo das aldeias” das “influências alheias e nocivas” através do “renascimento folclórico e etnográfico nacional” (Joaquim Pais de Brito 1982: 511-532); a introdução do modelo geográfico de Amorim Girão, acrescido dos trabalhos de Orlando Ribeiro; a divulgação em 1948 e através do Instituto para a Alta Cultura Centro de Estudos de Etnologia Peninsular da primeira “de uma série de sondagens etnográficas que sirvam de base a trabalhos de comparação, interpretação e síntese de maior amplitude” – refiro-me à obra de Jorge Dias, Vilarelho da Furna. Uma aldeia comunitária (ver Apêndice – 3h); o repto lançado aos párocos para que escrevessem a história das suas paróquias; e, mais tarde, as Juntas Distritais apoiariam a realização de exposições ou de colóquios histórico-etnográficos e promoveriam a edição de revistas e boletins voltados para essa

temática, como foi o caso de *O Distrito de Braga*, do *Distrito de Aveiro* ou da revista *Beira Alta*.

Mas foi, principalmente, na década de 60 que o papel desses e de outros organismos oficiais melhor se desenvolveu.

Ocorre-me, aliás, referir o louvável projecto da Biblioteca Popular de Lisboa de editar a *Bibliografia Corográfica de Portugal (1962-1978)*. Ao mesmo tempo, operava-se um forte revigoramento dos estudos etnológicos, com incidência na metrópole e no ultramar (Mário Canova Moutinho, 1982: 415-442), graças a um Jorge Dias, a um Ernesto Veiga de Oliveira, a um Fernando Galhano, a um Fernando de Castro Pires de Lima, a um Benjamim Enes Pereira ou a um Eugénio Lapa Carneiro (grande animador do Museu de Cerâmica Popular Portuguesa, de Barcelos). Também se intensificou o estudo da arqueologia quer à sombra de velhas instituições como a *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, quer sob os discretos auspícios da Universidade.

No que toca, porém, à elaboração específica de monografias locais pode dizer-se que, à excepção de alguns trabalhos feitos por alunos do ensino superior e profissional sobre a história, as tradições e/ou a evolução demográfica de uma (geralmente a sua) freguesia, vila ou cidade, continuou a campear o amadorismo, a vigorar a monografia-tipo contemporânea com maiores ou menores inflexões turístico-literárias e a prevalecer o velho espírito bairrista.

Após o 25/4/1974, marco importante na alteração do quadro ideológico e político-institucional condicionador das múltiplas actividades humanas, emergiram novos estímulos e condições para a produção monografista.

Augusto Santos Silva ao fazer o ponto da situação, em 1984, declarou haver duas tendências: por um lado, o esboroamento do bairrismo e, por outro, a aproximação às ciências sociais. No entanto, reconheceu que se observava, também, o ressurgimento do regionalismo típico dos inícios do presente século. Com efeito, a inevitável transição para um novo paradigma não tem sido fácil, enredando-se nas malhas da disparidade.

Anoto, em primeiro lugar, que o óptimo, o menos bom e o medíocre irromperam, nos anos que se seguiram à Revolução dos Cravos, um pouco por todo o lado e por efeito de diversos factores que não cabe aqui desenvolver. Bastará, talvez, ver a

imprensa dessa época, as actividades culturais promovidas pelas Câmaras e pelas novas e muitas Associações surgidas, a explosão de revistas e boletins, as iniciativas oficiais como aquela que a Direcção-Geral da Divulgação empreendeu através das Edições Terra Livre com a publicação de levantamentos sobre Artes e Tradições feitos por Centros de Estágio de Educação Visual das Escolas Preparatórias de Barcelos, de Portalegre e de Viseu, a espontânea participação das populações na defesa do seu património, as actuações incorrectas de vária ordem e a vários níveis que, ao invés, o tem afectado gravemente, o imprevisto e a ligeireza com que os estudos locais continuaram a ser feitos a par de bons, mas raros, exemplos, para, enfim, se perceber que o processo desencadeado tornou-se rico, profundo, mas também muito desigual e até contraditório.

Reconheço, em segundo lugar, a progressiva afirmação de um novo estilo na feitura dos estudos locais, provocada por um número cada vez maior de licenciados e de estudantes das ciências históricas e sociais incorporados em projectos de iniciativa universitária (provas académicas, trabalhos ligados a Centros de Estudos Históricos, Arqueológicos, Geográficos, etc.) e municipal (criação de Museus, Arquivos e Bibliotecas, organização dos seus espólios e dos seus fundos bibliográficos e documentais, promoção de campanhas arqueológicas e de exposições etnográficas, etc.), e, por uma gradual consciência da vantagem da interdisciplinaridade no âmbito do trabalho científico em geral e na área dos estudos locais em particular. Dois exemplos avulsos apoiam esta impressão positiva: a Secção de Estudos Contemporâneos do Centro de Estudos Humanísticos (Porto) promoveu, em 1984, a realização de um Seminário de Estudos Locais e editou, em 1985, o n.º 3 dos Cadernos [de] Estudos Contemporâneos dedicado à Pesquisa e acção cultural local. Questões de método e dividido em 4 capítulos: I – Análise sócio-cultural: linguagem, fontes e métodos (António Manuel Rolo Lucas: 6-31); II – Os Estudos de história local (Rui Graça Feijó: 32-45); III – Como conhecer o património cultural construído (Margarida Coelho: 46-79); e IV – Como conhecer o património etnográfico (Maria Teresa Viana: 80-94); e uma nova aposta editorial, à escala de todo o país começou por ser assumida pelo Serviço Nacional de Parques, reservas e Património Paisagístico, que editou, em 1981, a monografia etnográfica, do Prof. Viegas

Guerreiro, Pitões das Júnias (próxima do tipo de sondagens de Jorge Dias), sendo pouco depois consagrada por, pelo menos, duas Editoras – as Publicações Dom Quixote, através da importante colecção Portugal de Perto, Biblioteca de Etnografia e Antropologia, e a Editorial Presença com as colecções Novos Guias de Portugal e Cidades e Vilas de Portugal.

Sublinho, em terceiro lugar, a crescente valorização das monografias locais enquanto fontes subsidiárias de outros estudos. Um exemplo: “a utilidade crucial das monografias locais para a investigação antropológica: como fontes secundárias, decerto, mas também e sobretudo, como fontes primárias – “voz local” (Joaquim Pais de Brito 1989: 182).

Chamo, por último, a atenção para um facto importante: o renascer de um forte interesse pelos estudos locais estimulou, nestas duas últimas décadas, o aparecimento de algumas propostas metodológicas, que incidiram maioritariamente sobre a História. Facto curioso, que leva a supor a existência até agora de um maior empenho dos historiadores na revalorização da produção monografista e que nem a recente aposta noutros tipos de abordagem ajuda a desmentir – é o caso do excelente artigo de Jorge Gaspar (1975: 107-152) sobre o tratamento geográfico das aglomerações urbanas portuguesas, do plano de análise monográfica da realidade agrária portuguesa avançado por João Ferreira de Almeida (1977: 789-803), da aliciente perspectiva pluridisciplinar (história, antropologia e sociologia) subjacente aos estudos de comunidade explicitados por Fátima Brandão e Rui Graça Feijó (1984: 489-503) e do guia de levantamento cultural (etnográfico) concebido por Júlio Sousa Martins (1987). E quanto às referidas propostas metodológicas, desabrochadas no terreno da História, destaco aqui cinco, a saber: a de Jorge Alarcão (1982), a de José Viriato Capela e João Arriscado Nunes (1984: 204-268), a de Rui Graça Feijó (1985: 32-45), a de José Mattoso (1988: 169-194) e a de Luís Reis Torgal (1987: 843-867). A de Jorge Alarcão é, de entre todas, a mais desenvolvida, para além de ser a que mais enfatiza o estudo dos vários tipos de património (construído, artístico móvel, arqueológico, etnográfico e natural), sem deixar, no entanto, de insistir em outros aspectos, tais como a introdução de um quadro natural, a reconstituição do “quadro geo-humano em que as populações viveram” ou o estudo da vida político-administrativa, da vida económica

e da vida artística e recreativa locais (ver Apêndice – 3i). A dupla José Capela – João Nunes distingue-se pela incidência na *História da Administração*, através do caso específico de Barcelos, para o qual apresenta um esquema classificativo do Arquivo Municipal, que é, também, um programa possível para a elaboração de monografias especializadas (ver Apêndice – 3j). A de Rui Feijó não privilegia, ao contrário da de Jorge Alarcão, a feitura de monografias locais ligadas de algum modo à herança da monografia-tipo contemporânea, mas sim a redacção de temas específicos, bem delimitados cronologicamente e servidos por fontes homogêneas de séries longas, necessárias para se fazer história económica e demografia histórica. A proposta de José Mattoso aproxima-se, quanto à filosofia de base, da de Alarcão, mas é bastante esquemática (ver Apêndice – 3l). Finalmente, a de Reis Torgal suscita primeiro uma reflexão sobre as mudanças de carácter ideológico e científico operadas na escrita da História, enquadra depois nesse processo a historiografia regional e local (de que nos é dada, aliás, uma sugestiva resenha histórica) e termina com algumas sugestões concretas de pendor mais institucional [do] que metodológico (ver Apêndice – 3m).

Tendo em conta todo este conjunto de contribuições pode colocar-se a questão de saber se elas têm exercido alguma influência concreta no trabalho dos monografistas. //

Esta longa citação de texto publicado há mais de uma década (entretanto desactualizado, como é natural, por não incluir referência a estudos surgidos posteriormente) destina-se a funcionar, aqui, como “grelha” analítica, através da qual me interessa, de imediato, caracterizar teoricamente o ciclópico esforço que o autor do **Dicionário Enciclopédico** posto, a partir de agora, ao acesso de todos.

E, como tópico inicial, há que trazer à colação o exemplo tutelar do primeiro e prolífico monografista de Melgaço, Augusto César Esteves (1889 – 1964), cuja obra integral e dispersos começou a ser reeditada pela Câmara Municipal de Melgaço em 2003 e aguarda melhores dias para ser levada até ao fim. É impossível pretender (re)contar ou compilar elementos para a História de Melgaço sem tomar, pelo menos, como ponto de partida obrigatório, o que Augusto César Esteves, com lacunas várias e variadíssimas imperfeições, mas clara-

mente dentro do que designei por monografia-tipo, baseada na concepção historiográfica erudito-metódica e positivista, foi tecendo até à morte, no remanso acolhedor da sua Vila natal. Formado em Direito, foi Secretário do Tribunal Judicial de Melgaço. Participou nas lides político-partidárias da 1.^a República (1910-1926) e, após a consolidação no Poder do lente de Coimbra, António de Oliveira Salazar, manteve-se na oposição discreta ao Estado Novo através do refúgio no localismo e no regionalismo, território propício para terçar armas (a sua pena esgrimida, sobretudo, nas páginas do Notícias de Melgaço) contra todos quantos não zelassem pelo melhor interesse e progresso do seu concelho.

Não admira, pois, que Joaquim Rocha goste de prestar homenagem ao perfil e à acção desse estudioso e incisivo publicista do passado e do seu presente de Melgaço. No entanto o **Dicionário Enciclopédico** – há que dizê-lo com clareza – está longe de ser uma monografia-tipo, assim como não se reclama das orientações teóricas dos modelos expostos no último quartel de novecentos. O seu autor declara, aliás, na Introdução, que a ideia, surgida há muitos anos atrás e convertida em sonho quase obsessivo, foi de teor mais genealógico, exercitada, aliás, em seara própria, ou seja, mediante uma acurada e espinhosa pesquisa dos seus antepassados e de um outro tópico obscuro e sombrio que ousou, em larga medida, esclarecer, assumindo serenamente os inevitáveis efeitos. Ideia, curiosamente, bastante afim da obra póstuma de Augusto César Esteves, **O Meu Livro das Gerações Melgacenses**, - “árvore genealógica” gigantesca aberta não apenas a fidalgos, mas também a burgueses e a populares que assentaram arraiais na Ribeira Minho e nos montes e serras à beira, deixando aí traços indeléveis na paisagem e nos costumes de uma sensibilidade e cultura próprias. Porém, a intenção de Augusto César Esteves ficou, apenas, iniciada, sendo, finalmente, posta em prática neste **Dicionário Enciclopédico**. Como? De uma maneira engenhosa e simples: dentro de cada freguesia os baptizados, casamentos e óbitos extraídos dos livros paroquiais, e não só (mas apenas desde o ano em que Melgaço se constituiu o concelho que é hoje por força da reforma político-administrativa da Monarquia Constitucional, 1834-1910) surgem alinhados alfabeticamente, com toda a informação que

foi possível desvendar. Não se trata de nenhum método histórico-demográfico de reconstituição de famílias, mas a simples e útil cópia de todos os paroquianos registados pelos párocos. O cruzamento de diversas fontes permitiu ao autor enriquecer a listagem, sobretudo para o período posterior ao último quartel de oitocentos, contribuindo, assim, para que os membros de famílias, para as quais foi possível identificar e biografar, com detalhe, vários antepassados, possam rever-se na sua ramificada “árvore”.

A informação genealógica é, contudo, uma parcela, ainda que não menor, do vasto repositório constituído e construído pela inevitável subjectividade interpretativa do autor (discretamente salpicada nos verbetes por entre o caudal da informação transcrita), bem como pela legitimidade conferida por consagrados especialistas de diversos saberes (da Filologia à Arqueologia, passando pela História Medieval, pela Etnografia, etc.) e que aparece ao leitor com um formato misto, ou combinado, de corografia e de enciclopédia. O modelo corográfico, na sua versão geográfico-histórica, tem muito a ver com o enciclopedismo. Tentando ser mais preciso, direi que, na substância, este **Dicionário de Melgaço** filia-se directamente na tradição corográfica, mas quanto à organização e à amplitude dos assuntos/verbetes convoca inequivocamente a Enciclopédia.

4 – Sendo esta a matriz da obra, não resisto a determe um pouco sobre ela. Valho-me para o efeito, da segura e utilíssima resenha elaborada por Henrique Barreto Nunes, onde começa por lembrar que a mais antiga descrição geográfica da Península Ibérica deve-se ao grego Estrabão (63 a.C.? – 19/22 d.C.), que condensou aí as bases do modelo corográfico entendido como a narrativa das características físicas de um território e dos povos que nele habitavam, traçando a sua história, as suas particularidades e costumes. Temos, assim, um tipo de descrição centrada na morfologia física das regiões, enriquecida com elementos sobre as gentes, a fauna e a flora correlatas, que autores latinos, como Pompónio Mela e Plínio, haveriam de repetir com pródigas referências à Península Ibérica. Do período em que esta foi dominada pelos árabes não são conhecidas, devidamente, as anotações

dos seus geógrafos, sendo *praticamente inexistente a produção medieval original relativa ao tema*. Será preciso esperar pelo período dos Descobrimentos e pelo novo espírito de curiosidade científica, associado também ao Humanismo e ao Renascimento, para depararmos com um renovado interesse pela (re)descoberta da Terra nos seus mais variados aspectos, *com reflexos evidentes na corografia e na cartografia*. É, pois, nessa época que surge o já atrás citado **Tratado sobre a província dentre Douro e Minho** (manuscrito datado de 1712) escrito pelo físico e cirurgião Mestre António, embora seja mais conhecida **hua breve suma da Geographia d'entre Douro e Minho e trás os montes** escrita, em 1548, pelo doutor João de Barros, escrivão da Câmara e do Desembargo de D. João II, nascido provavelmente em Braga, e dada à estampa, apenas em 1919, com o título ligeiramente abreviado. Esta obra terá sido profundamente influenciada pelo Tratado de Mestre António que inspira e domina, também, a **Descrição do Reino de Portugal**, de Duarte Nunes de Leão (1612). E mais nada de significativo surge antes do século XVIII e da expansão do iluminismo, emergindo, então, as primeiras relações que podemos considerar de geografia histórica. Aliás, como escreveu J. Veríssimo Serrão, seria interessante estudar a exacta distinção à luz do ideário do século XVIII, dos termos “corografia”, “mapa” e “diccionario geographico”, todos englobando o conceito descritivo, mas de variada dimensão quantos aos aspectos a recolher. O fundador desse género florescente, sob a égide do iluminismo e do enciclopedismo, foi, entre nós, o Padre António Carvalho da Costa (1650-1715), presbítero da Ordem de São Pedro, e autor da famosa **Corografia Portuguesa**, cujo 1.º volume, que insere a descrição topográfica da Província de Entre Douro e Minho, saiu do prelo em 1702:

O trabalho pioneiro de Carvalho da Costa foi a base das principais corografias e dicionários geográficos que se publicaram até ao século XX, sendo ainda hoje referência obrigatória para os autores das monografias locais que continuamente se publicam em todo o país. Logo em 1739, por exemplo, Oliveira Freire fez sair dos prelos uma descrição topográfica de Portugal que não é mais do que um resumo da Corografia de Carvalho da Costa e um prontuário que recompila quanto disseram uma

série de autores, que refere no prólogo, numa edição que pretendia mais acessível a todo o género de curiosos. Dando certamente continuidade e procurando desenvolver a corografia de Carvalho da Costa, a Academia Real de História, em 1721, com o intuito de mandar escrever a história eclesiástica do reino, promoveu a realização de um inquérito diocesano, pedindo diversas informações a autoridades eclesiásticas, ordens religiosas e câmaras, que as encaminharam sobretudo para os párocos. Estes inquéritos diocesanos não terão tido a resposta desejada, o que levou o oratoriano Padre Luís Cardoso (Pernes, 1697-1769), académico de número da Academia Portuguesa de História, a elaborar em 1732 um novo inquérito que teve como destinatário os párocos, com cujas respostas pretendia organizar um dicionário geográfico de Portugal. Inspirado pelo trabalho de Carvalho da Costa, cuja metodologia no entanto critica, organizou três interrogatórios, o primeiro das terras, o segundo das serras e o terceiro dos rios, para que por eles nos informassem com exacção, miudeza e verdade, cujas respostas estão na origem do seu **Dicionário Geográfico**, no qual se encontram transcritos os quesitos do seu inquérito. Do dicionário, organizado pela ordem alfabética do nome das freguesias de todo o reino, só foram impressos os dois primeiros volumes (em 1747 e 1751), correspondentes às letras A, B e C, embora exista uma informação que outros já se encontravam escritos. A inexplicável demora da publicação da obra foi agravada pelo terremoto de 1755 e subsequentes incêndios, que terão provocado a destruição de todos os materiais recolhidos e já então organizados. Fica, no entanto, por explicar a edição em 1767, sob o pseudónimo de Paulo Dias de Niza, do **Portugal Sacro-Profano**, catálogo alfabético de todas as freguesias do Reino de Portugal, que não passa de uma versão muito abreviada do dicionário do Padre Luís Cardoso. De qualquer modo, todos estes projectos que vimos referindo, acrescidos pelas sequelas do terremoto de 1755, levaram a Coroa, através da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino, a elaborar um novo inquérito impresso, embora no molde dos anteriores, que em 1758 foi enviado às autoridades eclesiásticas. Estas, seguidamente, remeteram-nos aos párocos, que foram encarregados de recolher e redigir todas as informações pretendidas. É esta a génese da **Memórias Paroquiais**, cuja organização das respostas foi de

*novo entregue ao Padre Luís Cardoso, o qual no entanto viria a falecer sem concretizar o projecto de sua vida, a elaboração da história geográfica de Portugal. As respostas ao inquérito foram após a sua morte organizadas e encadernadas em 41 volumes, a que se acrescentaram mais dois volumes de suplementos e um de índices, hoje conservados na Torre do Tombo. A importância das **Memórias Paroquiais** de 1758 para o conhecimento integral da geografia e da história do país em meados do século XVIII é comprovada pelo presente projecto da sua publicação e estudo, coordenado por José Viriato Capela. //*

A importância das **Memórias Paroquiais** de 1758 passa, também, por ser um sinal claro de como a racionalidade do Estado Moderno (re)criou o modelo corográfico, no esforço de centralização e de reorganização dos diversos poderes e recursos, rumo a um ideal de bem comum cada vez menos suspenso do Céu, cada vez mais desejável e possível na Terra e impregnado, progressivamente, de enciclopedismo. Convém, por isso, que passemos os olhos por este tópico, antes de entrar no derradeiro ponto onde esboçarei os traços singulares do **Dicionário Enciclopédico** na emergente Era da Informação onde já estamos, envolvidos por uma dinâmica estonteante.

Enciclopédia é muito mais do que uma palavra. É um feixe rico de sentidos que nos remete de imediato para um período forte e áureo do Mundo Ocidental – o iluminismo setecentista. No entanto, a reflexão e a criatividade humanas remontam a tempos bem mais longínquos e se vasculharmos os indícios dessas remotas eras percebemos quão difícil é “reinventar a roda”!...

Não deve, pois, surpreender que se situe a origem do enciclopedismo na Grécia, exclusivamente em contexto escolar. E não faltou quem filiasse a obra de Aristóteles na linhagem enciclopedista, apesar do seu escopo eminentemente problematizador e metafísico. Os fragmentos de natureza mais claramente enciclopédica que chegaram até nossos dias são os produzidos por Speusippo (393-339 a.C.), sobrinho de Platão e seu sucessor na Academia, que compilou parte significativa dos conteúdos transmitidos nas aulas, numa série de escritos sobre história natural, matemática, lógica e metafísica, com o objectivo de proporcionar aos estudantes uma apresentação

global das matérias em estudo. A enciclopédia começa por ser um dispositivo discursivo de natureza compendial que pretende, pela forma de uma escrita sistemática, conservar e prolongar, pela palavra escrita, a palavra do professor.

Por sua vez, o enciclopedismo romano apresenta outro cariz: em vez de proporcionar os meios materiais de complemento e fixação às actividades de aprendizagem, tende mais a permitir a transmissão, às gerações futuras, dos saberes adquiridos no passado, para a sobrevivência de um património frente aos grandes cataclismos que se anunciavam. A enciclopédia toma a forma de compilação, balanço de todos os conhecimentos acessíveis de uma época que chega ao fim. Varrão (Marcus Terentius Varro – 116-27 a.C.), para além de pretender oferecer o conjunto dos conhecimentos necessários a uma perfeita educação, fez um balanço histórico e cultural de uma civilização que dava sinais da sua decadência. Das 74 obras que lhe são atribuídas, e que se dividiam em 620 livros cobrindo as mais diversas áreas do saber, nomeadamente história, gramática latina, matemática, filosofia, astronomia, geografia, agricultura, direito, retórica, artes, literatura, biografias de grandes homens do mundo grego e romano, história dos deuses, etc., restam, hoje, apenas alguns fragmentos reunidos sob o título de **Rerum divinarum et humanarum Antiquitates**.

A grande enciclopédia do mundo antigo é a **Historia Naturalis** de Plínio (Caius Plinius Secundus – 23 (?) – 79). Trata-se de uma obra que serviu de base ao enciclopedismo medieval, o **De natura rerum** de Beda (Beda Venerabilis, 672/3–735) e que é, ainda hoje, fonte de informação circunstanciada, por exemplo, sobre escultura e pintura latinas. Obra imensa que, como o seu autor orgulhosamente afirma, reúne cerca de 20.000 factos, quer retirados de observações directas, quer provenientes de cerca de 500 autores consultados, 146 latinos e 327 não latinos, na sua maioria gregos. Verdadeiro templo da tradição clássica, dela se conservam ainda 37 volumes cobrindo áreas que designaríamos por: cosmologia, vulcanologia, climatologia e astrologia (livros I e II); geografia, demografia, etnografia (livros III a VI); antropologia e fisiologia humana (livro VII); zoologia (livro VIII a XI); botânica, agricultura, jardinagem (XII a XIX); um repertório imenso de farmacopeia natural, me-

dicina e magia (do volume XX ao XXXII); mineralogia, arquitetura e artes plásticas (XXXIII a XXXVII).

É considerada uma obra paradoxal, porque se por um lado não se nota nenhum interesse particular com a relação entre disciplinas, e se trata tão só de uma imensa compilação – “enciclopédia sem estrutura”, que regista, descreve e acumula toda a espécie de informações, factos, detalhes e curiosidades relativas ao mundo físico, à geografia, à meteorologia, aos homens, plantas e animais de toda a espécie – por outro lado é percorrida por uma forte inspiração neo-pitagórica, havendo nela já a pretensão de revelar, por intermédio de uma história natural, que é também uma história de cultura, a harmonia da natureza, dos seus reinos, das suas gentes, das técnicas que aí se inventam, das tradições, dos usos, dos costumes, das maravilhas que aí se produzem.

Pode, pois, sublinhar-se, com Olga Pombo e em síntese, que o enciclopedismo antigo consistiu em compilações de autoria individual, num percurso de formação educativa, e, por este facto, dirigiu-se a um público relativamente restrito e homogéneo, já detentor de um elevado nível de educação.

À Baixa e à Alta Idade Média corresponderam dois tipos diferentes de enciclopedismo.

No primeiro período, a enciclopédia permanece ao serviço da conservação do património cultural romano, numa tentativa desesperada de evitar o seu desaparecimento, em clima de emergência do novo mundo cristão. O ponto de partida é o programa agostiniano de purificação das almas pelo exercício da inteligência. O **De doctrina Christiana** (397) de Santo Agostinho (354-430), obra que dominará toda a cultura cristã medieval, terá como objectivo formar o *vir Christianus dicendi peritus*, o cristão que põe ao serviço da interpretação dos textos sagrados todos os recursos da cultura antiga e que, pela aquisição conjugada de sabedoria e habilidades retóricas, se torna capaz de explicar, ensinar, pregar a doutrina cristã. Se tivesse sido conservado o conjunto de tratados que Santo Agostinho terá escrito (De Grammatica, De Dialéctica, De Rhetorica, De Geometria, De Aritmética e De Philosophia) e de que apenas resta De Musica (391), eles constituiriam uma primeira enciclopédia cristã das artes liberais. Santo Agostinho recomenda a necessidade de reunir, numa só obra, todos os

conhecimentos necessários à interpretação e ensino dos textos sagrados: informações relativas à história, à geografia dos lugares, aos animais, plantas e metais mencionados na Bíblia, à medicina, agricultura, navegação e astronomia, à aritmética e às suas aplicações às figuras (geometria), aos sons (música) e aos movimentos (física), à dialéctica, necessária para discutir as questões que os textos sagrados colocam, à eloquência posta ao serviço da salvação.

Cassiodoro (490-580) será o primeiro a corresponder ao apelo de Santo Agostinho. As suas *Institutiones divinarum et saecularum litterarum* fazem jus ao título constituindo, ao mesmo tempo, uma obra secular, destinada a permitir a conservação, em tempos de crise, do profano património cultural romano, espécie de testamento espiritual de um mundo irremediavelmente perdido e, simultaneamente, uma obra sagrada, um programa de formação moral, intelectual e religiosa para uso de monges e progresso das suas almas, um programa de leituras, um receituário de trabalhos manuais diversos, uma iniciação ao comentário das escrituras e um encaminhamento para a vida contemplativa. Em especial, o livro II, intitulado *De artibus ac disciplinis liberalium litterarum*, constituiu durante séculos um verdadeiro manual das escolas monásticas, oferecendo uma síntese de tudo o que era considerado necessário e suficiente à formação intelectual de um monge. O livro está dividido em sete partes, consagradas, cada uma delas, às sete disciplinas que Cícero considerara dignas do homem livre – as sete artes liberais (por esta ordem, segundo Cassiodoro: gramática, retórica, dialéctica, aritmética, música, geometria e astronomia).

Por seu lado, as **Etimologias**, de Santo Isidoro (560-636), bispo de Sevilha, são geralmente consideradas como a primeira grande enciclopédia cristã. Embora fundada nos saberes antigos, a obra persegue, em obediência ao preceito agostiniano, uma finalidade exegética, estando construída com o objectivo de servir para a formação cristã dos clérigos, bem assim como da população da península recentemente convertida.

Originum seu etymologiarum trata-se de uma obra monumental, em 20 volumes, que põe à disposição do público, de forma compacta, uma massa imensa de informações e conhecimentos. A grande novidade desta obra reside no facto

de, pela primeira vez, estar construída sob a forma de um léxico. A ideia, que terá desenvolvimentos e ramificações de insuspeitada importância no pensamento posterior, é a de que a essência das coisas se dá a ver na etimologia dos nomes que as designam. A etimologia, de acordo com a perspectiva tecida por Santo Isidoro, desempenha um duplo papel, teológico e epistemológico: ela é, simultaneamente, a forma de reconduzir os nomes e as coisas até ao criador e o método de unificação do conhecimento. Em primeiro lugar, as definições relativas às sete artes liberais, a gramática latina (livro I), a retórica e a dialéctica (livro II), a aritmética, a geometria, a música e a astronomia (livro III), logo seguidas das da medicina (livro IV) e do direito e cronologia (livro V). Vêm depois as ciências sagradas: história da criação, escrituras, liturgia, nomes de deuses e de santos, personagens bíblicos, funções eclesiásticas, heresias, filósofos, poetas, sibilas, magos, pagãos, deuses dos gentios, etc. (livros V a VIII). O livro IX ocupa-se dos grupos humanos, dos diferentes povos e das suas línguas, o X apresenta um glossário e o XI ocupa-se da anatomia humana. Seguem-se os animais (livro XII), cosmografia (livro XIII), geografia da Terra (livro XIV), cidades, agrimensura e estradas (livro XV), pedras e metais (livro XVI), agricultura, horticultura (livro XVII), armas, guerra e jogos (livro XVIII), navegação, monumentos e vestuário (livro XIX), alimentação, utensílios domésticos e rurais (livro XX).

O sucesso desta obra tem a ver com o facto de ela ocupar, numa biblioteca medieval, “o mesmo lugar que a **Enciclopédia Britânica** ou a **Larousse** ocupam numa biblioteca moderna”, pondo à disposição do público uma soma de informações fiáveis sobre praticamente todos os assuntos.

Verdadeiras ou falsas, engenhosas ou risíveis, estas etimologias foram-se transmitindo, de geração em geração, durante toda a Idade Média. O seu contributo para a configuração medieval da ideia de uma enciclopédia universal, e a sua influência no enciclopedismo posterior, foi decisivo.

No segundo período, correspondente à Alta Idade Média, a enciclopédia ganha autonomia quanto à necessidade de conservação do mundo antigo e passa a estar posta ao serviço do incipiente renascimento cultural a que os povos da Europa vão daí em diante se dedicar.

Depois de um primeiro impulso, dado pelas reformas

do ensino levadas a cabo por Carlos Magno e Alcuíno (738-804), face ao florescimento das escolas monacais e catedrais nos séculos X e XI, ao desenvolvimento do movimento copista e de tradução de textos árabes e antigos, nomeadamente Aristóteles (até então quase exclusivamente conhecido enquanto sistematizador da Lógica) e, posteriormente, ao aparecimento das primeiras universidades, em Bolonha, Oxford, e Paris, é uma nova criatividade cultural que se põe em marcha da qual decorrerá, em paralelo com grandes transformações demográficas, sociais e políticas, uma rápida evolução científica e técnica.

A enciclopédia aproxima-se, então, daquilo que, no século XIII, virá a ser a **Summa**, não no sentido da exposição completa de uma doutrina teologicamente fundada, mas enquanto totalidade aditiva de conhecimentos parcelares relativos às várias regiões da realidade e, portanto, às disciplinas que as tratam. Disciplinas que, sendo definidas pelos seus objectos, têm o *mundo* – objecto último da criação – como sua referência primeira. Nesse sentido, títulos como a **Philosophia mundi** de Guillaume de Conches (1080-1145) ou o **De Imagine mundi** de Honorius d’Autan (Honorius Augustodunensis) são eloquentes: eles procuram constituir-se como *imagem* do mundo. Como perceberá Vincent de Beauvais (1190-1264), a enciclopédia é, doravante, o espelho maior – *Speculum Majus* – de uma época e dos conhecimentos que dela têm os seus espíritos mais cultivados, a projecção, no espaço limitado de algumas páginas, da totalidade do mundo e da cultura. Estamos aqui face a um dos traços mais característicos do enciclopedismo medieval tardio – a procura de uma correspondência especular entre o *corpo* da enciclopédia e a ordem do *mundo*.

Um dos nomes mais importantes do enciclopedismo medieval, deste segundo período, é Hugo de São Vítor (1096-1141), autor de uma **Eruditionis Didascalicae** que apresenta dois aspectos profundamente inovadores. Em primeiro lugar, o facto de apresentar uma organização sistemática do saber humano unificado, não pela teologia, mas pela filosofia, que ele subdivide em quatro grandes ramos: filosofia teórica ou Speculativa (teologia, matemática e física), filosofia prática ou Activa, privada (ética e moral) e pública (economia e política), filosofia Mechanica (lanifícios, balística, navegação, agricultura,

caça e pesca, medicina, tecelagem, teatro) e Lógica ou Sermonialis (gramática, retórica e dialéctica). O segundo aspecto significativo diz respeito ao facto de, num mundo em plena evolução científica e técnica, a enciclopédia fazer eco da importância crescente das ciências profanas e proceder, rapidamente, à integração do fenómeno técnico.

Outro grande nome do enciclopedismo medieval é o tutor dos filhos de São Luís, e abade de Royamont, Vincent de Beauvais (1190-1264), autor do célebre *Speculum Majus*. A obra está dividida em quatro partes: (I) **Speculum naturale** – 32 livros divididos em 3.718 capítulos sobre Deus, a Trindade e os anjos (Livro I), o mundo sensível, as cores, a luz, os quatro elementos (Livro II), o firmamento, o tempo, os meteoros (Livros III e IV), os mares, a água, a terra, os minerais, os metais e as plantas (Livros V a XIV), astronomia (Livro XV), aves e peixes (Livros XVI e XVII), animais (Livros XVIII a XXII), anatomia, fisiologia e psicologia humanas (Livros XXIII a XXVIII) e suplementos (Livros XXIX a XXXII); (II) **Speculum doctrinale** – 17 livros, 2.374 capítulos, que constituem uma espécie de manual de recolha do saber escolástico: livro I, extenso vocabulário de filosofia; livros II e III, gramática, lógica, arte poética; livros IV e V, sobre as virtudes e a vida monástica; livro VI, sobre a arquitectura e economia rural; livros VII a X, política e direito; livro XI, guerra, comércio, navegação e alquimia; livros XII a XIV, matemática, música, astronomia; livro XVII, teologia e mitologia; (III) **Speculum historiale** – (31 livros, 3.793 capítulos, que traçam a História do mundo desde a criação até 1254 e, curiosamente, fazem uma previsão do fim do mundo para o ano 2376); (IV) **Speculum Morale** – (recolha de textos de ética de vários autores, em especial Aristóteles e São Tomás de Aquino).

Do enciclopedismo medieval podemos destacar as seguintes características gerais:

1.º - A enciclopédia organiza-se de forma disciplinar, de acordo com a estrutura do *trivium* e do *quadrivium* na qual, como se sabe, irá ser recortada a organização curricular, hierárquica e teologicamente fundada, da universidade medieval, recordando-se que o enciclopedismo antigo pensava a unidade da ciência como a unidade do percurso da formação edu-

cativa ordenado pelo modelo circular da *paideia*, isto é, dando a cada área do saber um valor idêntico.

2.º - Ao contrário do enciclopedismo grego e latino, que não prestava muita atenção a questões religiosas (por exemplo, Plínio, limitava-se a indicar os nomes e a descrever os deuses das vastas regiões do império romano, com grande espírito de tolerância), e embora a religião continue a não ser o tema dominante da enciclopédia, ela passa a determinar a forma de todo o seu conteúdo. Uma vez, a organização enciclopédica começa com as criaturas para subir até ao criador. Recorde-se, por exemplo, Cassiodoro, que estrutura a sua enciclopédia de forma ascensional, partindo da ordem humana, em que inclui a medicina e as disciplinas do *trivium*, para a divina em que inclui as disciplinas matemáticas e a astronomia. Outras vezes, a ordem de apresentação dos temas parte de Deus e vai, depois, baixando de criatura em criatura até aos mais modestos e insignificantes exemplares da criação. É o caso do **De proprietatibus rerum** (1220-1240), de Bartholomaeus Anglicus, que se desenvolve do criador para a criação, subdividindo ainda cada um destes dois planos em diferentes níveis hierárquicos. Começa, por Deus, a Trindade, os anjos, os demónios, passa aos homens – lugar de honra da criação – ocupando-se da sua alma, anatomia, teoria dos humores, patologia. Depois do homem, segue-se uma exposição do sistema do mundo, uma física e uma química elementares. Seguem-se os animais, estes também hierarquicamente organizados segundo um critério de afastamento em relação à materialidade pura: primeiro, as aves e os insectos, que vivem no céu; depois os peixes, que vivem nas águas, e, finalmente, os animais terrestres, que se arrastam pela matéria bruta, dos quadrúpedes às serpentes, incluindo os faunos, os sátiros, os pigmeus e todo um conjunto de animais fantásticos e, finalmente, as plantas. Em qualquer caso, trata-se de procurar que a enciclopédia, na espacialidade da sua estrutura e na organização das suas partes, possa constituir-se como *speculum* da própria ordem da criação.

3.º - Apresenta um *carácter compendial*, contudo não tem por base a observação do mundo, dos seus seres e acontecimentos, mas a erudição, a reunião e compilação de informa-

ções provenientes dos autores clássicos e cristãos. Reunindo e ordenando um *corpus* textual preexistente, o enciclopedismo medieval traduz uma concepção estática do conhecimento, insensível às discrepâncias resultantes da variedade e multiplicidade das fontes. Tal vai implicar que, contribuindo embora para a preservação dos escritos clássicos cujos extractos selecciona, trancreve e compila, o mundo natural que a enciclopédia agora descreve aparece predeterminado pela presença de tópicos como a magia e a astrologia e por elementos fantásticos resgatados nas autoridades antigas e bíblicas.

4.º - Tal como o enciclopedismo antigo, a enciclopédia medieval é de *autoria individual*, embora os seus autores tenham, com grande frequência, compiladores e escribas ao seu serviço.

5.º - Acresce que, pelo facto de ser invariavelmente escrita em latim, e, portanto, numa língua universalmente conhecida pelo público a que se destina (ou que o próprio latim selecciona), a enciclopédia medieval conhece antecipadamente os seus leitores, na esmagadora maioria dos casos, elementos da Igreja. Os seus autores podiam, portanto, restringir ao mínimo os comentários pessoais e o carácter moralizador do texto, limitar-se a oferecer passagens úteis à vida dos seus leitores que delas retirariam os ensinamentos convenientes de acordo com o seu juízo. No fundo esperavam que o efeito cumulativo dos conteúdos da enciclopédia fosse suficiente para garantir a moral e a religiosidade.

No Renascimento, é do Mundo do Homem, e não do Mundo de Deus, que o enciclopedismo vai tratar, ainda que não seja porque Deus não estará presente, mas porque o mundo é, de agora em diante, a cena da acção humana, o lugar de expressão e conflito das personalidades, o palco das suas aventuras e conquistas.

Com a abertura de horizontes culturais e geográficos da Europa, os homens do Renascimento estão possuídos por uma curiosidade ilimitada, uma sede universal de conhecimento, propícia ao acolhimento de todo o tipo de informações, por mais díspares e bizarras que possam ser. A civilização ociden-

tal passa, então, pela sua “crise de originalidade juvenil”, substituindo a autoridade religiosa pela autoridade dos factos, ou pela crença na verdade dos factos.

Ao conhecimento existente e ao respeito pelo antigo, acresce agora a curiosidade pelo novo, pelo diferente, pelo estranho, pelo extraordinário que os homens do Renascimento perseguem até aos confins da Terra. Neste contexto, o enciclopédismo será posto, clara e completamente, ao serviço de um programa de estudos, independente das estruturas institucionais já constituídas, ou seja, a escolástica da universidade medieval. Tal programa de estudos, centrado na figura humana, vai ao encontro dos seus interesses reais, dos interesses práticos de mercadores, governantes, navegadores, banqueiros. A orientação humanista, marcada pelo princípio da livre criação e do livre exame, faz dele um programa aberto às múltiplas invenções e descobertas, aos novos factos de que constantemente se vai tendo notícia, aos novos saberes que vão emergindo, um pouco por toda a parte.

O homem do Renascimento quer fazer o périplo dos conhecimentos, abarcá-los na sua totalidade, à semelhança dos grandes viajantes, entre eles Marco Pólo, Cristóvão Colombo e Vasco da Gama. Não é por acaso que a palavra enciclopédia vai ser resgatada, restituída à sua origem etimológica enquanto **eu-kuklios paidéia**, círculo perfeito da educação.

Rabelais é que fará com que a palavra enciclopédia faça a sua entrada no vocabulário das línguas nacionais, que emergiam por essa época. Na verdade, sob a forma de um novo e irreverente programa de estudos, no contexto da famosa carta de Gargantua ao seu filho Pantagruel, em que Gargantua apresenta a Pantagruel o projecto de fazer dele uma imensa enciclopédia viva:

Entendo e quero que aprendas perfeitamente as línguas (...). Que não haja história de que não tenhas memória presente (...). Das artes liberais dar-te-ei a sentir o gosto logo de pequeno (...). E quanto ao conhecimento dos factos da natureza, quero que te entregues com curiosidade, que não haja mar, rio ou fronteira de que não conheças os peixes; todos os pássaros do ar, todas as árvores, arbustos e frutíferas das florestas, todas as ervas da Terra, todos os metais escondidos no ventre dos abis-

mos, todas as pedrarias do oriente e do sul, que nada te seja desconhecido. Depois, revisita cuidadosamente os livros dos médicos gregos, árabes e latinos, sem esquecer os talmudistas e cabalistas e, por anatomias frequentes, adquire perfeito conhecimento desse outro mundo que é o homem (Pantagruel, VIII: 134-135, citado por Pombo: 2006)

Embora muito numerosa, a produção enciclopédica do Renascimento –época em que “tudo começa mas nada se pode acabar” – não logrou grandes realizações. A maior tradição enciclopedista é, como seria de esperar, a italiana de que se destacam os seguintes títulos: os **Fon memorabilium universi**, de Domenico Bandini (1335-1418); os **De expetendis et fugiendis rebus** (1501), de Giorgio Valla (1430-1500), 49 livros que reúnem, de forma mais ou menos caótica, elementos díspares sobre os mais variados assuntos (Filosofia, aritmética, música, geometria, astrologia, mecânica, astrologia, física e metafísica, medicina, gramática, dialéctica, poética, retórica, filosofia moral, economia doméstica, política, bens e males da alma e do corpo, glória, poder, fama, etc.; os **Commentariorum Urbanorum** (1506), de Rafaele Maffei (1451-1522); o **Summario di tutte scienze** (1556), de Domenico Delfino; ou o **Specchio di scienza universale**, de Leonardo Fioravanti (1564). Em França, o **Dictionarium historicum, geographicum et poeticum** (1553), de Charles Estiene (1504-1564), é a obra de maior relevância.

Beneficiando do retorno humanista aos textos originais, o que permitiu a eliminação de erros que o enciclopedismo medieval introduzia e perpetuava, estas obras, agora impressas, puderam contar com mais fáceis e rápidas condições de realização e com um público mais alargado e diversificado. Faltam, no entanto, formas de ordenação dos novos e abundantes materiais recolhidos. Mesmo o célebre **De Tradentis disciplinis** (1531), do maior expoente do enciclopedismo renascentista, o grande humanista e pedagogo Juan Luis Vives (1492-1540), constitui uma apresentação mais ou menos desordenada dos saberes que, a seu ver, podem ser objecto de ensino e devem fazer parte de um programa de estudos. Partindo de uma divisão do conhecimento supostamente fundada nas funções de observação e juízo, o programa começa com as línguas (Livro

III), passa à Lógica, Retórica, Ciências Matemáticas, Artes Práticas Auxiliares, nas quais, Vives inclui as questões espirituais, relativas à alma e ao corpo (medicina) e Física (Livro IV) e termina com a História, a Moral e o Direito (Livro V).

Em sentido preciso, só no século XVII se pode falar de enciclopédia. Apesar do alinhavo de nomes como Varão, Casiodoro, Santo Isidoro, Hugo de São Vítor, Vincent de Beauvais ou Juan Luis Vives, é no século XVII que, dentro e fora da produção enciclopedista, vão ocorrer mutações decisivas para a fixação da ideia de enciclopédia. Só então a intensa criatividade científica que se vinha manifestando desde o Renascimento e que, no século XVII, alcança níveis dificilmente ultrapassáveis, será acompanhada das novas condições teóricas e reflexivas – sistemáticas, epistemológicas e metodológicas – que vão permitir novas formas de estruturação dos saberes e novos arranjos disciplinares.

Os progressos são muitos e significativos, mas o homem do século XVII, dotado agora de esquemas rigorosos de inteligibilidade, sente-se capaz de conter a totalidade do saber. O que exige a si próprio é um esforço de reagrupamento, a procura de uma mais fundamentada classificação e ordenação dos saberes. Daí que, tal como no enciclopedismo medieval, continuemos na presença de enciclopédias disciplinares só que, agora, fundadas, não num programa de estudos ou estrutura curricular hierarquicamente ordenada, segundo exigências teológicas, mas em classificações de ciências que tomam como base novas exigências e critérios lógicos e metodológicos.

Daí em diante, não é a *ordem das matérias*, mas a *ordem das razões* que organizará o projecto enciclopédico. A grande inspiração é Francis Bacon (1561-1626). Considerado o último homem da Renascença e primeira grande figura do racionalismo do século XVII, Bacon vai ter uma importância decisiva na configuração moderna da ideia de enciclopédia, por, pelo menos, duas contribuições decisivas nesta matéria: em primeiro lugar, uma das mais influentes classificações das ciências de todos os tempos que vai ter uma influência decisiva no enciclopedismo seiscentista e setecentista; em segundo lugar, o arquitectar do programa gigantesco de uma enciclopédia que, simultaneamente, inventariasse as conquistas científicas e técnicas da humanidade, já realizadas, e orientasse a investigação

futura. Nesse sentido, o projecto baconiano de uma **Instauratio Magna** (1620) tinha por objectivo a reconstrução total das ciências, das artes e de todo o conhecimento humano a partir dos seus verdadeiros fundamentos, de forma a permitir o progresso das ciências e das suas aplicações práticas e, com ele, o aumento do bem-estar da humanidade.

Mas, o enciclopedismo seiscentista não tem em Bacon a sua raiz única, porque se fundamenta no cruzamento entre três grandes linhas: 1.^a) aquela que, partindo de Bacon, profeta do matematicismo e da ciência moderna, sujeita a enciclopédia a uma classificação dos saberes que, extrínseca a toda a tradição medieval, opera um primeiro rebatimento da ordem ontológica sobre a ordem lógica, da ordem das coisas sobre a ordem das razões; 2.^a) aquela que, partindo desse filão oculto do pensamento medieval que é Lull, identifica o enciclopedismo com uma lógica combinatória que é simultaneamente uma heurística e uma metafísica e que tem em Alsted e Kircher os seus representantes maiores no século XVII; 3.^a) aquela que, fundamentalmente em Comenius, procurará a unificação do saber no quadro metódico e sistemático da pansofia.

No cruzamento destas três linhas, autónomas, mas convergentes, o enciclopedismo barroco seiscentista tem como seu expoente maior Leibniz. Trata-se de um conjunto de linhas de investigação que estiveram, em alguns casos, na origem de projectos enciclopédicos, mais ou menos conseguidos e acabados, perseguem objectivos extrínsecos à simples e imediata construção enciclopédica. A sua autonomia, face ao movimento estritamente enciclopedista, e a natureza claramente filosófica dos seus pressupostos podem ser classificadas como enciclopédias filosóficas.

Se o enciclopedismo renascentista vive, com dificuldade, a abundância de factos e informações que de todo o lado recolhe, mas não sabe sistematizar, o enciclopedismo seiscentista é prolixo no delineamento, ensaio e experimentação de possíveis estruturas de ordenação e enquadramento dos conhecimentos e descobertas recém constituídos. São ambos enciclopedismos barrocos, justamente pela abundância excessiva de materiais. No caso do renascimento, informativos, mas caóticos, e, no caso do século XVII, sistemáticos mas, irremediavelmente inconclusos. Em ambos os casos, o enciclopedis-

mo barroco será sobretudo um projecto, um ideal em aberto, uma possibilidade que controla mal as virtualidades que contém.

Será preciso esperar pelo século XVIII, século de ouro do enciclopedismo, para que os projectos sempre inacabados do enciclopedismo barroco se transformem em realizações efectivas. Então, a ciência terá evoluído o suficiente para que seja chegado o momento de uma efectiva recapitulação.

A enciclopédia será, para os homens do século XVIII, o que a catedral era para os homens da Idade Média: um monumento em que o homem se revê naquilo que para ele é mais importante, não já a sua ligação (re-ligiosa) com o Deus criador, mas a sua relação (científica) com o Mundo criado.

O movimento enciclopedista do século XVIII vai abandonar o latim e adoptar as línguas nacionais, cuja emergência é paralela à constituição dos Estados modernos. Outro aspecto é o abandono da organização disciplinar dos saberes, que caracteriza todo o enciclopedismo anterior, e a adopção da ordem alfabética.

Trata-se de um expediente que facilita a consulta, transformando a enciclopédia numa obra mais acessível, manejável, e facilita a disseminação do conhecimento, mas que vai implicar transformações profundas na sua estrutura e estatuto, perturbando as exigências sintéticas que sempre haviam caracterizado a ideia de enciclopédia. Acresce que, pela arbitrariedade que instala, a ordem alfabética faz desaparecer a similitude estrutural que a Idade Média e o Renascimento haviam procurado estabelecer entre a disposição das partes da enciclopédia e a ordem do mundo que ela desejava espelhar. Ela ajusta-se ao mundo dessacralizado com que o século XVIII se confronta. A ordem alfabética está perfeitamente adaptada à estética e à sensibilidade da época das Luzes, ao seu desejo de diversidade, surpresa e velocidade, à sua avidez e vontade de apropriação descontínua da totalidade dos saberes.

É assim que, no prolongamento da natureza lexical das **Etimologias** de Santo Isidoro de Sevilha, aparecem diversas obras que vão caminhar no sentido da adopção, pura e simples, da eficiente ordem alfabética, quer aproximando a enciclopédia do dicionário, quer, pelo contrário, reduzindo o número de entradas, sujeitando-as a uma selecção mais cuidada

e a um tratamento mais complexo e profundo.

O **Dictionnaire historique et critique**, de Pierre Bayle (1647-1706), é a mais famosa enciclopédia, em ordem alfabética, dos finais do século XVII, publicado em Roterdã, em 1697. Pelo carácter não exaustivo, mas extremamente variado da escolha das entradas, por vezes meramente sugestivas ou obedecendo a determinações polémicas, bem assim como pela defesa dos valores da tolerância, liberdade de consciência, espírito crítico, que se manifesta ao longo das 2308 entradas que o compõem, o **Dictionnaire historique et critique**, de Pierre Bayle é o grande antecedente ideológico do **Dictionnaire philosophique**, de Voltaire (1764).

Também adoptando a ordem alfabética, mas ainda em latim, poder-se-iam referir o **Lexicon Universale** de Johan Jacob Hofmann, publicado em Basileia, em 1677, e o **Lexicon rationale sive thesaurus philosophicus ordine alphabeticodigestus**, publicado em Roterdã, em 1692, por Emile Chauvin.

Os efeitos visíveis da segunda tendência far-se-ão sentir, ainda no século XVII, com **Le grand dictionnaire historique** (1674) de Louis Moréri, o **Dictionnaire universel des arts et sciences** (1690) de Antoine Furetière (1619-1688) e o **Dictionnaire des arts et des sciences** (1694) de Theodore Corneile (1606-1684), realizado sob encomenda da Academia das Ciências de Paris e, ainda, o **Lexicon thecnicum or a Universal English dictionary of the Arts and Sciences** (1704), de John Harris (1666-1719), obra publicada sob os auspícios da Royal Society e para o qual contribuiu o próprio Isaac Newton.

Estas são, inegavelmente, as primeiras enciclopédias modernas, isto é, aquelas que, pela primeira vez, conjugam os dois factores acima referidos: (a) estarem apresentadas por ordem alfabética; e (b) serem escritas numa língua nacional.

Já no século XVIII surgiram duas obras que aliaram as vantagens do dicionário ao respeito pela ideia de unidade que, desde a sua raiz etimológica, a palavra enciclopédia transporta consigo: a **Cyclopaedia**, de Chambers, e a **Encyclopédie**, de Diderot e d'Alembert.

A **Cyclopaedia or an General dictionary of Arts and Sciences**, foi publicada em Londres, em 1728, por autoria única de Ephraim Chambers (1680-1740). A obra, em dois volumes, parte do desejo manifestado por Chambers, logo no

prefácio, mantendo a ordenação alfabética própria de um dicionário, dispondo o conteúdo de forma a não constituir um conjunto confuso e incoerente, mas um “todo” consistente. A solução de Chambers é original: começar por apresentar uma complexa sistematização dos saberes e organizar uma ampla, ainda que incipiente, rede de referências internas com vista a articular as entradas e a dar-lhes unidade. Esta solução dupla será adoptada por Diderot e d’Alembert.

Como Chambers escreve:

(...) por um conjunto de referências, do geral ao particular, das premissas às conclusões, das causas para os efeitos e vice-versa, do mais ao menos complexo e do menos ao mais, pode estabelecer-se a comunicação entre as várias partes da obra e, em certa medida, as diversas entradas podem ser recolocadas na sua ordem científica natural, da qual a ordem alfabética as tinha retirado” (1728: II). Só assim, acrescenta, conjugando as vantagens do Sistema e do Dicionário, “o círculo completo, ou o corpo do conhecimento, com todas as suas partes e dependências, pode ser dado” (citado por Pombo: 2006).

Referência ainda hoje do movimento enciclopédista, esta obra, várias vezes reeditada, tem o mérito acrescido de ter estado na origem directa da **Encyclopédie** de Diderot e d’Alembert. O interesse de Diderot pela ideia de enciclopédia começa, justamente, com o convite que lhe é formulado, em 1747, pelo editor Le Breton para a tradução desta obra para o francês.

No entanto, o projecto vai progressivamente incorporando novas ambições e objectivos, nomeadamente, a decisão de se reforçar e actualizar a componente científica da enciclopédia inglesa, a ideia de tradução da Chambers vai ser abandonada (a obra acabou por ser traduzida para francês por John Mills) em favor da elaboração, de raiz, de uma nova e grandiosa enciclopédia.

Pierre Larousse chamou, ao século XIX, de século dos dicionários e foram editadas inúmeras enciclopédias, em decorrência do sucesso da **Encyclopédie** de Diderot e d’Alembert sucessivamente reeditada e, finalmente, reestruturada na monumental **Encyclopédie Méthodique**, de Panckoucke (1782-

1832), em 201 volumes, retomando a **Encyclopédie** em toda a sua globalidade, incluindo os onze volumes de gravuras publicados entre 1762 e 1772, acrescidos de alguns suplementos e, sobretudo, de reagrupar as entradas, organizando-as de novo por disciplinas. Por exemplo, Panckoucke reúne em três volumes, sob o título genérico de **Grammaire et Littérature**, um conjunto, mais ou menos arbitrário, de entradas da *Encyclopédie*. Foi feita a entrada “retórica”, a qual, na *Encyclopédie* era constantemente reenviada a um contexto pedagógico. Uma outra diferença digna de nota diz respeito ao facto de Panckoucke ter tido a pretensão de suplantar a *Encyclopédie*, no que diz respeito ao nível científico dos seus colaboradores, pretensão esta que se fez efectivamente sentir apenas ao nível da Botânica, área na qual obteve a colaboração de Lamarck (1744-1829).

Em França foram publicadas, entre outras, duas obras monumentais: o **Grand Dictionnaire Universel du XIX Siècle** (1866-1890), de Pierre Larousse, em 15 volumes, e a **Grande Encyclopédie, inventaire raisonné des sciences, des lettres et des arts** (1886-1903), em 31 volumes, dirigida por André Berthelot e Ferdinand-Camille Dreyfus, ambas de orientação positivista, guiadas pela exigência de objectividade, imparcialidade e exaustividade, e directamente inspiradas na classificação das ciências de Augusto Comte.

Mas, não foi só em França que se multiplicaram as enciclopédias. Definitivamente adoptada a língua nacional como elemento constitutivo da enciclopédia moderna, todos os países quiseram ter a sua enciclopédia, escrita na sua língua nacional.

Em Espanha e em Portugal, só no começo do século XX aparecerão enciclopédias dignas de nota. É o caso da **Enciclopedia universal ilustrada europeo-americana**, vulgarmente designada pelo nome do seu editor como **Enciclopédia Espasa**, publicada em Barcelona entre 1905-1930, da **Enciclopedia portuguesa ilustrada**, de Maximiano Lemos, publicada no Porto, em 1910, e da **Grande Enciclopédia portuguesa e brasileira** (1935-1937), em 38 volumes.

Em Inglaterra, o fenómeno mais saliente é a **Encyclopaedia Britannica** (1768-1771). A novidade desta obra monumental é, desde a sua 1.^a edição e ao longo de sucessivas ree-

dições, nomeadamente até à 15.^a (1973-1974), o modelo misto adoptado. Passou-se a construir o cruzamento entre a ordem alfabética e a ordem temática e a adopção de um modelo disciplinar conjugado com a organização alfabética.

A ideia consiste em concentrar a maior parte da informação nas entradas relativas às diversas disciplinas. As entradas de conceitos e termos técnicos apresentam apenas definições sucintas, reenviando o leitor para a entrada da disciplina correspondente. As entradas por disciplinas, sínteses de admirável concisão que oferecem uma panorâmica geral sobre o que de mais relevante é conhecido na época, são, com muita frequência, artigos longos, de uma preciosa erudição e elevado rigor científico, da autoria de especialistas de competência indiscutível. Assim se conjugava a facilidade de consulta, que a ordem alfabética permite, com o tratamento desenvolvido dos principais assuntos.

Um segundo aspecto diz respeito ao extraordinário equilíbrio que revela entre as componentes humanísticas, literárias, históricas, artísticas e as componentes científicas, tecnológicas e relativas à indústria.

Ainda em Inglaterra, a **Encyclopaedia Metropolitana** (1817-1845), em 28 volumes, organizada pelo poeta Coleridge, retrocederá relativamente à ordenação alfabética, regressando ao modelo sistemático disciplinar, característico do século XVII, que Coleridge considera mais adequado à empresa enciclopédica e às suas finalidades lógicas e metodológicas. Coleridge é autor de um elaborado esquema organizativo da enciclopédia, fundamentado numa classificação das ciências, elaborada para esse fim e que teve uma notável influência no enciclopedismo posterior. O modelo comporta cinco grupos: 1. Ciências Puras, que inclui as ciências formais (filosofia, lógica e matemática) e reais (metafísica, moral e teologia), 2. Ciências mistas e aplicadas: mistas (mecânica, hidrostática, pneumática, óptica e astronomia) e aplicadas (filosofia experimental, artes, artesanato, história natural e suas aplicações), 3. Ciências biográficas e históricas, cronologicamente organizadas, 4. Miscelâneas e lexicografia e 5. Índice analítico.

Na Alemanha, são publicados o **Konversations-Lexicon** (1796-1811), de Brockhaus, o **Grosses Conversations-Lexicon** (1840-1855), de Joseph Meyer, e a colossal **Allgemeine**

Encyclopädie der Wissenschaften und Künste (1818-1889), em 167 volumes, organida por J. S. Ersch e J.G. Gruber. Trata-se, no caso desta última, de uma obra que pretende rivalizar com a **Enciclopédie**, em termos de prestígio e de colaboradores, os quais redigem artigos originais de grande rigor científico e influência cultural e que, tal como a **Britannica**, tem a ambição de um papel complementar relativamente à Universidade.

Em Itália, destacam-se o **Dizionario enciclopedico delle scienze, lettere e arti** de Antonio Barazzarini (1830-1837), em nove volumes e a **Nuova enciclopedia popolare**, cuja 1.ª edição foi publicada em 1841 sob a orientação de G. De Marchi e F. Predari; e que, nas suas sucessivas edições (a última edição foi publicada entre 1875-1888), teve grande importância cultural, conseguindo reunir a inteligência italiana da época.

Se o enciclopedismo do século XVIII era de natureza doutrinária, o enciclopedismo do século XIX, de inspiração positivista, aspira a um panorama imparcial e exacto da ciência do tempo. Tanto mais imparcial quanto, justamente com Auguste Comte, as questões sociais passam a ser tratadas, cientificamente, enquanto objecto de uma nova disciplina científica: a física social ou sociologia. Na verdade, o grande objectivo de enciclopédias como o **Grand Dictionnaire Universel** (1866-1876), de Pierre Larousse, ou a **Grande Encyclopédie** (1886-1903), de Berthelot e Dreyfus, é a cobertura integral dos conteúdos específicos de cada disciplina, o inventário exacto e completo dos resultados obtidos nas diversas disciplinas particulares.

O século XX, a par do movimento de produção de enciclopédias especializadas, correspondentes ao acelerado desenvolvimento e especialização do conhecimento científico, e às rupturas, cada vez mais acentuadas, entre os diferentes níveis da cultura, iniciar-se-á pela construção de enciclopédias fortemente nacionalistas. Cada Estado passa a querer ostentar, como sinal da sua maturidade, uma grande enciclopédia escrita em língua nacional. O passo seguinte é dado nos anos vinte e trinta, quando a enciclopédia passa a pretender cumprir finalidades, não apenas nacionais, mas nacionalistas, ou seja, projectos de enciclopédia de marcada orientação política e ideológica. O melhor exemplo é o da **Enciclopedia Italiana**

di scienze, lettere ed arti (1929-1939) dirigida por Giovanni Gentile, em 37 volumes, para a qual o próprio Mussolini contribuiu com uma entrada “fascismo”, exemplo que mostra bem até que ponto a enciclopédia pode ser pensada como instrumento ao serviço de uma ideologia.

A partir da década de 50, este aproveitamento nacionalista da ideia de enciclopédia será apagado pelo prestígio de novas enciclopédias que se afirmam pelo seu espírito democrático e internacionalista, nomeadamente em Itália, o **Dizionario Enciclopedico Italiano** (1955-1961) em 12 volumes, e em França, a magnífica **Encyclopédie Française** (1935-1966), em 21 volumes, que Albert de Monzie, então ministro da educação, entregou à direcção de Lucien Febvre. Em ambos os casos, a enciclopédia procura obter a colaboração dos expoentes máximos sob cada tópico, independentemente da sua nacionalidade. Em ambos os casos, o objectivo, claramente contrário aos nacionalismos dos anos trinta, é o entendimento das inteligências e a cooperação internacional. Também nesta linha, se entende o projecto singular e renovador, desde logo em nível interno, da estrutura enciclopédica, corporizado pela **Enciclopédia Einaudi**, cujo primeiro dos seus quinze volumes (na edição italiana original; quarenta e três na portuguesa da Imprensa Nacional-Casa da Moeda) saiu em Junho de 1977 e com o objectivo claro de não pretender apenas *referir os resultados alcançados em cada campo, mas abranger os processos em acto na cultura global de uma época, os mecanismos do seu funcionamento, a direcção em que se move. Não quer dar respostas definitivas (destinadas a envelhecer rapidamente), mas estudar onde se situa a pesquisa, com que problemas e com que resultados. Quer ser uma enciclopédia de ideias, de conceitos e de problemas. Para cumprir tal desiderato, a Einaudi substituiu os milhares de verbetes dos dicionários enciclopédicos por um número limitado de artigos, cerca de seiscentos: o mesmo número de conceitos-chave, seleccionados por uma equipa de especialistas, e todos de tal modo essenciais que cada um constituiu a matriz de uma série de desenvolvimentos do conhecimento.*

Tal não significa, porém, que o carácter nacional, e mesmo nacionalista, da enciclopédia tenha completamente desaparecido. O que acontece é que, sob a hegemonia das

principais línguas de cultura (inglês, francês, alemão, russo), o âmbito das enciclopédias nacionais alarga a sua influência a espaços culturais cada vez mais vastos. É significativo, por exemplo, que a constituição do espaço da comunidade europeia também tenha querido afirmar a sua identidade e vitalidade através de uma enciclopédia – a **Enciclopedia Europeia** (1977-1984) – que permitisse à Europa rever-se no património de ideias que lhe são próprias ou que nela nasceram. Mas, a tensão existente entre a vocação internacionalista do projecto enciclopedista e os limites culturais das diversas línguas nacionais, em que as enciclopédias necessariamente são escritas, mantém-se intacta.

A interessante e oportuníssima panorâmica traçada com minúcia e engenho por Olga Pombo vai muito para além do que aqui fica vertido, mas isto parece-nos suficiente para melhor enquadrar o **Dicionário Enciclopédico de Melgaço** que é o meu alvo central. E parece-me evidente que o adjectivo, incluído no título da obra, convoca o “espírito” oitocentista do enciclopedismo, com a “lupa” positivista e a incansável recolha ou colecção de todos os elementos informativos, os mais diversos (históricos, arqueológicos, demográficos, biográficos, genealógicos, associativos, comerciais, etc.), unidos por um único factor agregador e homogenizador – no caso vertente, o concelho de Melgaço, o seu território, as suas instituições, o seu passado e presente, as suas gentes e costumes, as suas lendas e curiosidades...

Fundem-se aqui a ordenação alfabética, própria de um dicionário, com a compressão de conteúdos (dispersos por muitos cantos, nomeadamente arquivos e bibliotecas), numa sequência de volumes, em papel ou em suporte digital, activado pelo fácil clique no teclado do computador... É que não nos podemos esquecer que já estamos em pleno na conjuntura da rede informática e telemática a interligar, numa gigantesca “malha”, todo o tipo de gentes, continentes, aspectos da vida, costumes e interesses, conjuntura de uma nova Era – a Era da Informação.

5 – Sugestiva e apropriada, para o caso em foco, é a ideia trabalhada por Jean-Marie Coulemot a propósito das Bibliotecas no tempo das Luzes. Uma ideia captada por este autor ao

perscrutar o objectivo supremo da monumental **Encyclopédie**, expresso por Diderot numa passagem do artigo “Enciclopédia”. Aí se lê este apelo programático: *Façamos, pois, para os séculos futuros, o que lamentamos que os séculos passados não tenham feito para o nosso. Ousamos dizer que, se os antigos tivessem elaborado uma enciclopédia, como elaboraram tantas coisas, e se esse manuscrito tivesse escapado, sozinho, da famosa Biblioteca de Alexandria, ele teria sido capaz de nos consolar da perda dos outros. Preservar o conhecimento humano através da suma ou sùmula intelectual da Humanidade!... Apelo instigante e multiplicador de questões ousadas: em vez da acumulação das bibliotecas impossíveis de gerir, não seriam preferíveis livros como a Enciclopédia, que oferecem uma síntese útil e maneável de saberes existentes? A partir daí, pode-se, portanto, ler a Enciclopédia como a figuração de outro ideal de biblioteca: utilizável, prática, ao alcance da mão, e capaz de salvar do desastre uma cultura e uma tecnologia.* Há, assim, um elo forte e profundo, ainda que assaz desaperecebido, entre o enciclopedismo e o imaginário que trabalha as bibliotecas em meados de setecentos. Operando um corte que se tornou clássico: *de um lado, o museu, pedagógico ou não, de outro, o “liceu”, no sentido que lhe dá o século XVIII, lugar de trabalho produtivo, de divulgação e constituição do saber.* Nesse mundo seduzido pelas origens, a biblioteca, depósito, lugar de conservação, se apresenta também como um espaço inútil, onde só se pode perceber o traço legível da infelicidade e da degradação. O enciclopedismo propunha-se resgatar esse locus da perda iminente e confiar, com optimismo, na posteridade eterna.

Sabemos bem o esforço colectivo que por esse Mundo afora, nos séculos XIX e XX, tem sido feito para converter a Biblioteca e o Arquivo, instituições culturais modernas, em espaços vivos e úteis, mas também sabemos quão desigual esse esforço foi sendo por toda a parte. No nosso pequeno torrão lusitano é grande o rosário de negligência, desinteresse, ignorância e perdas, pelo que não custa perceber a revolta que animou Joaquim Rocha a empreender a edificação do Dicionário Enciclopédico de Melgaço, contra os que não amando a terra, deixaram que se perdessem os testemunhos de um passado e de um presente essencial, segundo ele, para construir um bom futuro. A convocação do “espírito” enciclopédico não

se justificará, apenas, pela necessidade vital de articular todos os saberes que a Melgaço concernem, mas o propósito preservacionista de que, depois desta obra, a Memória de toda uma comunidade, continuamente revista e acrescentada, esteja acessível e para sempre intacta.

A edição on-line do **Dicionário Enciclopédico**, possível na alvorada do século XXI, traz a garantia de que, com uma sucessão veloz e fácil de cliques, o passado e o presente de Melgaço inteiro ficam acessíveis à curiosidade de qualquer um, não importa onde esteja, e imperecíveis através do zelo de quem ou dos que se comprometam a acrescentar sem fim e a resolver quaisquer problemas que impeçam ou ameacem a fluidez de tão vasto e identitário manancial.

Sem se constituir um concorrente de Arquivos e Bibliotecas, o **Dicionário Enciclopédico**, posto e medrado em ambiente digital, não tardará a constituir-se como um incontornável Sistema de Informação, omnipresente e obrigatório, inspirador também de outros concelhos, onde aqui e além, por força da moda internética, que já pegou fundo, irrompem “repositórios” de história local, de arqueologia e tradições, experiências que convergem para o modelo da obra de Joaquim Rocha, que me parece o modelo mais adequado na medida em que nele convergem certos legados clássicos (o corográfico, o monográfico e o enciclopédico) e a síndrome actual do acesso super rápido à Informação que se precisa, preservada sem ocupar espaço físico considerável.

Graças ao esforço estóico e apaixonado de Joaquim Rocha e à lúcida e prestimosa participação do projecto da Câmara Municipal, vemos a Memória de Melgaço a projectar-se dinamicamente no amanhã infindável, onde passa a viver e viverá e com ela todos os que se lhe associem ou venham a associar.

Separata do Boletim Cultural
da Câmara Municipal de Melgaço,
número 6, 2007
págs. 137 a 180